

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas

Notas Explicativas às Demonstrações
Financeiras em 31 de dezembro de 2018.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Bardella S.A. Indústrias Mecânicas (“Companhia”) tem como principal atividade a fabricação de bens de capital sob encomenda, atuando em todas as fases de produção, desde a elaboração de projetos até a entrega em operação ao cliente. Além disso, executa reformas, melhorias e serviços de industrialização e reparos. Dedica-se também à fabricação e comercialização de perfis laminados e trefilados. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa sob o código BDLL4. A Companhia possui duas plantas industriais no estado de São Paulo, nos municípios de Guarulhos e Sorocaba. A sede social da Companhia está localizada em Guarulhos - SP.

As Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas abrangem a Companhia e as seguintes controladas:

Barefame Instalações Industriais Ltda., controlada, atua em diversos estados do país, principalmente em montagem de campo para bens de capital sob encomenda, além de montagem e manutenção de dutos enterrados.

Duraferro Indústria e Comércio Ltda., controlada, atua na fabricação de pontes rolantes e equipamentos metalúrgicos. A sede social da empresa está localizada em Araras - SP.

Energo Agro Industrial Ltda., controlada, tem por objeto a exploração de toras e quaisquer atividades agrícolas e pastoris, inclusive a administração de projetos de florestamento e reflorestamento, além de importação e exportação. A empresa atualmente não tem atividades operacionais e não há também planejamento para descontinuí-la. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda., controlada, atua principalmente como corretora de seguros para a Bardella, suas controladas e respectivos colaboradores, embora tenha também terceiros entre seus clientes. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

Controlada em conjunto não Consolidada:

IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda., controlada em conjunto com a GE Energias Renováveis Ltda., tem como objetivo a fabricação de equipamentos hidromecânicos e de levantamento. A sede social está localizada em Porto Velho - RO.

A Companhia e suas controladas têm seus principais clientes nas áreas de Energia, Metalurgia, Mineração, Portos, Óleo e Gás.

Continuidade operacional

A Companhia continua com suas atividades operacionais em suas diversas unidades.

A redução do número de colaboradores visa adequar os custos e demais despesas operacionais de cada unidade.

O mercado de bens de capital lentamente inicia sua recuperação, com serviços de reformas de

equipamentos já instalados, principalmente em usinas hidrelétricas. Apesar da situação desse mercado, temos recebido cotações de equipamentos novos para as outras áreas de atuação da Companhia (Mineração, indústrias em geral, etc.), bem como, renegociações para retomada de contratos anteriormente paralisados.

A área de energia eólica continua com demanda para serviços de usinagem e fabricação de peças para aerogeradores.

A administração mantém-se focada na redução de custos e despesas operacionais, realização de valores a receber de clientes, bem como tem obtido sucesso em renegociações para alongamento das dívidas com bancos, fornecedores, colaboradores e sindicatos (dívidas trabalhistas).

Ao final de 2017 a Companhia concluiu a operação de alongamento do prazo de sua dívida junto ao Banco do Brasil S/A, no montante de R\$ 129 milhões, deslocando vencimentos de 2018 nesse montante para pagamentos parcelados de 2019 a 2025. Da mesma forma, em 2018 concluiu a operação de alongamento da dívida junto ao Bradesco S/A, no montante de R\$ 23 milhões, de 2018 para pagamentos parcelados de 2019 a 2024.

A Companhia conta também com apoio de terceiras partes relacionadas, através de mútuos tomados.

Além disso, com o objetivo de melhorar as disponibilidades de caixa, tem realizado a venda de ativos ociosos e tem atuado em oportunidades para realização de suas propriedades para investimento, tendo sido concluído em 2018 a venda de um imóvel da controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguro Ltda.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As Demonstrações Financeiras Individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foi autorizada em reunião do Conselho de Administração em 29 de março de 2019.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais, sendo o Real a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e

despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 4 - consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício subsequente estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa;

Nota explicativa nº 7 - reconhecimento e mensuração do custo orçado de contratos de serviços e construção;

Nota explicativa nº 9 - reconhecimento de efeitos fiscais diferidos (tributos) decorrentes de diferenças temporárias e sua expectativa de realização ao longo do tempo;

Nota explicativa nº 14 - mensuração da vida útil dos ativos;

Notas explicativas nº 21 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabelecem uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos.

A avaliação é revisada regularmente considerando os dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 10 – Títulos e valores mobiliários

Nota explicativa nº 13 – Propriedade para investimentos

Nota explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros.

d. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, propriedades para investimento e títulos e valores mobiliários.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Base de Consolidação - Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-companhias, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-companhias, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

3.3 Receita operacional

Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

Prestação de serviços

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos.

Contratos de construção

De acordo com o CPC 47, os contratos de construção correspondem a produtos fabricados sob encomenda de clientes, dessa forma o desempenho na execução do contrato não cria um ativo com uso alternativo, não sendo possível redirecionar o ativo para outro uso ou vendê-lo para cliente diferente, seja em função das especificações únicas de projetos, limitações contratuais ou

a perdas econômicas proibitivas. Para mensuração do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho, a Companhia aplica métodos de insumo, os quais reconhecem a receita com base nos custos incorridos referentes aos recursos consumidos, em relação aos custos dos insumos esperados totais para a satisfação da obrigação de desempenho. Os contratos com estas características implicam no direito de pagamento pelo desempenho concluído total ou parcialmente. A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais do cliente, pleitos e pagamentos de incentivos contratuais, na medida em que seja provável que elas irão resultar em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

Aluguel de propriedades para investimento

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado do exercício pelo método linear durante o prazo do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como “outras receitas”.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: Ativos Financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, Custo amortizável (empréstimos e recebíveis) e Ativos Financeiros disponíveis para venda.

A Companhia e suas controladas classificam passivos financeiros não derivativos na categorias de Outros passivos financeiros.

Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento.

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos, são reconhecidos como um ativo ou passivo separado.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do

reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

São classificados nesta rubrica os valores em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros – Novo pronunciamento

A Companhia avaliou que a principal diferença na mensuração de ativos e passivos financeiros decorrente da adoção do novo pronunciamento está relacionada com a alteração do conceito de redução no valor recuperável das contas a receber, que, além do conceito de perda verificada, incorpora também o conceito de perda esperada. De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 (IAS 39), assim, a Companhia passou a reconhecer a perda de crédito esperada para os contratos vendidos, juntamente com o reconhecimento das respectivas receitas. Conforme contemplado no item 7.2.15 do referido pronunciamento, a Companhia optou por não rerepresentar períodos anteriores, reconhecendo, desta forma, o impacto da adoção inicial no saldo de abertura das reservas de lucro, conforme segue:

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas
Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/17	Efeitos da adoção inicial CPC 48	Saldos após aplicação do CPC 48 em 01/01/18	Saldos originalmente apresentados em 31/12/17	Efeitos da adoção inicial CPC 48	Saldos após aplicação do CPC 48 em 01/01/18
ATIVO						
ATIVO CIRCULANTE	252.833	(9.374)	243.459	251.301	(9.374)	241.927
Contas a Receber	86.748	(9.374)	77.374	95.158	(9.374)	85.784
Demais contas	166.085	-	166.085	156.143	-	156.143
Demais contas do Ativo	589.799	-	589.799	586.743	-	586.743
TOTAL DO ATIVO	842.632	(9.374)	833.258	838.044	(9.374)	828.670
PASSIVO						
Demais contas do passivo	630.666		630.666	626.078		626.078
PATRIMONIO LÍQUIDO	211.966	(9.374)	202.592	211.966	(9.374)	202.592
Capital Social	116.800		116.800	116.800		116.800
Reservas de Capital	111.335		111.335	111.335		111.335
Ajustes de Avaliação Patrimonial	181.597		181.597	181.597		181.597
Prejuízos acumulados	(197.766)	(9.374)	(207.140)	(197.766)	(9.374)	(207.140)
TOTAL DO PASSIVO	842.632	(9.374)	833.258	838.044	(9.374)	828.670

Capital Social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.5 Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor faturado, ajustado pela provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas. Esta conta inclui efeitos a faturar, relativos aos produtos sob encomenda cujas receitas são apuradas por meio do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho, estão demonstrados líquidos do seu recebimento.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é constituída com base na avaliação da companhia que utiliza o conceito de redução no valor recuperável das contas a receber, que,

além da perda verificada, incorpora também o conceito de perda esperada.

3.6 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição ou de produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e são constituídas provisões para perdas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.7 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas, controlada em conjunto e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28) e são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças ocorridas após a aquisição das respectivas participações societárias. Tais mudanças ou variações são apresentadas na demonstração de resultados como equivalência patrimonial.

3.8 Propriedades para investimento

A propriedade para investimento inclusive instalações industriais e edificações, quando aplicável, são inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações posteriores no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

3.9 Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia e suas controladas para os CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. A diferença resultante entre o valor residual do ativo e valor justo é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio líquido no momento da sua transferência e mensuração posterior do valor justo é reconhecido no resultado..

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão demonstradas na nota explicativa nº 14.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.10 Arrendamento mercantil

Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia e suas controladas os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 14. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional, que incluem aluguéis de equipamentos e imóveis, quando aplicável, são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

3.11 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida compreendem os saldos de ágio adquiridos por meio de combinação de negócios que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, tais ativos não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente

Os ativos intangíveis com vida útil definida estão representados por softwares e são amortizados pelo tempo remanescente estimado para uso. A amortização inicia-se com a entrada do software em operação.

3.12 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são

avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida para o resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (Unidade Geradora de Caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.13 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tiverem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

3.14 Provisões

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

3.15 Imposto de renda e contribuição social

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O

montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o prejuízo ou lucro tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.16 Prejuízo por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período, nos termos do CPC 41- Resultado por Ação e IAS 33 - Resultado por Ação. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o resultado por ação básico e diluído são iguais.

3.17 Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas. As demonstrações financeiras incluem dois segmentos, sendo mecânica correspondente à fabricação de equipamentos sob encomenda e aços e serviços representado pela laminação de metais e serviços diversos.

3.18 Novas normas e Interpretações ainda não efetivas

IFRS 16 – Arrendamentos: Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial. Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia efetuou uma avaliação preliminar e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas Demonstrações Financeiras nas datas exigidas não trarão efeitos relevantes sobre os saldos reportados anteriormente.

4 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas abrangem a Bardella S.A. Indústrias Mecânicas e suas controladas a seguir relacionadas:

Porcentagem de Participação

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Barefame Instalações Industriais Ltda.	100,00%	100,00%
Energo Agro Industrial Ltda.	100,00%	100,00%
Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.	100,00%	100,00%
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	100,00%	100,00%

Os percentuais de participação referem-se ao controle direto e indireto.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. A data base das Demonstrações Financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com a da controladora.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b. Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das empresas controladas;
- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- d. Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado, apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	19	183	2.230	4.641
Aplicações financeiras - CDBs pós-fixados	-	44	2	122
	19	227	2.232	4.763

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco remoto de mudança de valor. As aplicações financeiras em certificados de depósito bancário foram remuneradas por taxas que variavam de 80% a 100% do certificado de depósito interbancário.

6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante:				
Clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7)	90.638	48.841	92.793	44.569
Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7)	1.756	33.804	14.153	43.686
Produtos seriados e outros serviços	4.898	5.148	12.140	10.531
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(15.379)	(4.796)	(15.735)	(4.940)
	81.913	82.997	103.351	93.846
 Partes relacionadas - contratos de serviços e construção (notas explicativas 7 e 12)	 6.759	 3.751	 2.987	 1.312
	88.672	86.748	106.338	95.158
Não circulante:				
Clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7)	37.398	37.398	37.398	37.398
Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7)	13.858	13.858	13.858	13.858
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(13.858)	(13.858)	(13.858)	(13.858)
	37.398	37.398	37.398	37.398
	126.070	124.146	143.736	132.556

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

		Controladora	Consolidado
	Nota		
Circulante			
Saldo inicial 31/12/2017		(4.796)	(4.940)
Adição ajuste de mudança de práticas contábeis	3.4	(9.374)	(9.374)
Adição		(1.288)	(1.513)
Reversão		79	92
Saldo final 31/12/2018		(15.379)	(15.735)
Não Circulante			
Saldo inicial 31/12/2017		(13.858)	(13.858)
Saldo final 31/12/2018		(13.858)	(13.858)
Saldo final total		(29.237)	(29.593)

A composição dos valores em contas a receber referentes aos produtos seriados e serviços, por idade de vencimento, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	60	352	6.361	5.248
Vencidos 1 a 30 dias	4	138	300	231
Vencidos 31 a 60 dias	6	194	6	216
Vencidos 61 a 90 dias	118	205	118	212
Vencidos 91 a 120 dias	12	34	12	37
Vencidos acima de 121 dias	4.698	4.225	5.343	4.587
	4.898	5.148	12.140	10.531

Os prazos ajustados para a conclusão dos projetos de fornecimento de bens de capital e equipamentos de infraestrutura são substancialmente longos e consequentemente propiciam oscilações durante a execução dos projetos, o que obriga a Companhia e suas controladas a cobrar, junto a determinados clientes, o ressarcimento de gastos para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

A conta “Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção” (nota explicativa 7) refere-se ao saldo a receber de contratos de serviços e construção em execução e ainda não faturados e equivale ao excedente da receita reconhecida e o respectivo valor recebido.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é constituída com base na avaliação da companhia que utiliza o conceito de redução no valor recuperável das contas a receber, que, além da perda verificada, incorpora também o conceito de perda esperada.

A Companhia e suas controladas não possuem seguros de créditos para seus recebíveis.

7 Contratos de serviços e construção

De acordo com o CPC 47, os contratos de construção correspondem a produtos fabricados sob encomenda de clientes, dessa forma o desempenho na execução do contrato não cria um ativo com uso alternativo, não sendo possível redirecionar o ativo para outro uso ou vendê-lo para cliente diferente, seja em função das especificações únicas de projetos, limitações contratuais ou a perdas econômicas proibitivas. Para mensuração do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho, a Companhia aplica métodos de insumo, os quais reconhecem a receita com base nos custos incorridos referentes aos recursos consumidos, em relação aos custos dos insumos esperados totais para a satisfação da obrigação de desempenho. Os contratos com estas características implicam no direito de pagamento pelo desempenho concluído total ou parcialmente.

A conta “Adiantamento de clientes” está composta de valores decorrentes de recebimentos de contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo a receber de contratos faturados em execução ou executados (nota explicativa 6)	141.894	100.097	144.049	95.825
Saldo a receber Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 6)	1.756	33.804	14.153	43.686
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(23.232)	(13.858)	(23.232)	(13.858)
Sub total	120.418	120.043	134.970	125.653
Partes relacionadas	6.759	3.751	2.987	1.312
Total	127.177	123.794	137.957	126.965
Adiantamentos recebidos por conta de contratos de serviços e construção em execução (nota explicativa 20)	(48.556)	(50.996)	(58.656)	(59.633)
Contratos de serviços e construção líquido a receber	78.621	72.798	79.301	67.332

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				
Produtos acabados	2.522	2.610	2.624	2.713
Produtos em elaboração	3.997	7.096	33.802	33.133
Matérias primas	53.877	61.890	61.506	67.499
Material de consumo	417	1.194	2.954	3.554
	60.813	72.790	100.886	106.899
Não Circulante				
Matérias primas	2.836	-	2.836	-
	63.649	72.790	103.722	106.899

As matérias primas em estoque são destinadas à produção e devido às suas características, não foram consideradas expectativas de perdas por deterioração ou obsolescência.

9 Tributos a recuperar e diferidos

a. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante:				
Imposto de renda e contribuição social	737	733	2.557	4.276
ICMS	1.207	1.889	2.067	2.448
IPI	940	2.872	1.006	2.939
COFINS	1.591	4.017	1.751	4.195
PIS	882	922	898	944
Outros	170	121	1.035	937
	4.790	9.821	6.757	11.463
	5.527	10.554	9.314	15.739
Não Circulante:				
ICMS s/aquisição imobilizado	111	120	112	120
IPI	839	824	839	824
PIS	3.129	3.084	3.129	3.095
Crédito fiscal diferido Coligada	-	2.574	-	5.106
	4.079	6.602	4.080	9.145
	9.606	17.156	13.394	24.884

b. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

De acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico (data base 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017) aprovado pelos órgãos da Administração, reconheceram também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas
Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018

	Controladora		Consolidado	
IR/CSL Diferido Ativo	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Créditos de prejuízos fiscais	10.072	14.857	15.673	21.133
Créditos de base negativa Csll	3.625	5.320	5.641	7.608
Créditos s/ Diferenças temporárias	5.718	768	6.286	942
Subtotal	19.415	20.945	27.600	29.683
IR/CSL Diferido Ativo não compensável	-	-	(1.727)	-
Total	19.415	20.945	25.873	29.683

Efeitos de IR/CSLL diferidos passivos sobre adoção de Ajuste de Avaliação Patrimonial

IR/CSL Diferido Passivo	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ajuste em Propriedades p/ Investimentos	(44.384)	(44.384)	(47.197)	(47.058)
Ajuste decorrente de Custo Atribuído	(51.026)	(52.047)	(56.949)	(62.590)
Total	(95.410)	(96.431)	(104.146)	(109.648)
Saldos de IR/CSLL Diferidos Líquidos	(75.995)	(75.486)	(78.273)	(79.965)

Movimentação do saldo de tributos diferidos:

	Saldo em 31/12/2017	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2018
Controladora	(75.486)	(509)	-	(75.995)
Consolidado	(79.965)	-	1.692	(78.273)

Conciliação de despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social.	(96.757)	(111.635)	(101.999)	(115.251)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	32.897	37.956	34.679	39.185
Diferenças permanentes e temporárias				
Resultado de equivalência patrimonial	12.640	11.926	5.265	903
Despesas indedutíveis	30	126	34	168
Diferenças temporárias	16.818	5.031	18.488	7.705
Reversão/ utilização de provisões	(870)	(1.202)	(1.552)	(3.048)
Outros (ajuste efeitos societários para fins fiscais)	3.003	194	10.858	5.884
	31.621	16.075	33.093	11.612
Efeito das diferenças permanentes pela alíquota nominal de 34%	(10.751)	(5.466)	(11.251)	(3.948)
Ajuste para limite de realização	(21.143)	(18.610)	(21.123)	(17.742)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:	1.003	13.880	2.305	17.496
.Corrente	-	-	(1.720)	(3.907)
.Diferido	1.003	13.880	4.025	21.403

(A) Ajuste para limite de realização:

Refere-se a crédito fiscal diferido não constituído. A Companhia e suas controladas não reconheceram créditos fiscais diferidos sobre o montante de prejuízo fiscal acumulado aproximado de R\$ 220.569 na controladora e R\$ 268.270 no consolidado e sobre o montante de base negativa acumulada da CSLL aproximado de R\$ 161.493 na controladora e R\$ 278.953 no consolidado, em razão do limite aprovado pela Administração no estudo técnico já mencionado nesta nota explicativa.

(B) PERT - Programa Especial de Regularização Tributária – Lei 13.496/17

Com a publicação da Lei No. 13.496/17 (Programa Especial de Regularização Tributária), em 2017 a Companhia e suas Controladas efetuaram a adesão em parcelamentos e novos parcelamentos de tributos federais e previdenciários para quitação de débitos tributários e previdenciários, utilizando-se dos benefícios de redução de encargos legais, bem como do aproveitamento de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL.

Controladora				
Débitos	Valor consolidado	Redução de encargos	Utilização de Prejuízo Fiscal	Saldo parcelado
Tributários	(14.001)	-	10.641	(3.360)
Previdenciários	(30.596)	-	23.253	(7.343)
	<u>(44.597)</u>	<u>-</u>	<u>33.894</u>	<u>(10.703)</u>
Consolidado				
Débitos	Valor consolidado	Redução de encargos	Utilização de Prejuízo Fiscal	Saldo parcelado
Tributários	(29.586)	2.177	22.463	(4.946)
Previdenciários	(41.910)	35	30.535	(11.340)
	<u>(71.496)</u>	<u>2.212</u>	<u>52.998</u>	<u>(16.286)</u>

10 Títulos e valores mobiliários

O detalhamento da quantidade de ações detidas e os valores justos em cada período/exercício está demonstrado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Títulos de remuneração variável	5.026	5.026	5.026	5.026
Ajuste a valor presente	(1.086)	(1.425)	(1.086)	(1.425)
	<u>3.940</u>	<u>3.601</u>	<u>3.940</u>	<u>3.601</u>
	<u>3.940</u>	<u>3.601</u>	<u>3.940</u>	<u>3.601</u>

A conta títulos e valores mobiliários está composta por 5.025.914 Títulos de Remuneração Variável da Mineração Morro do Ipê S.A., com valor unitário de R\$ 1 (valor expresso em real), ajustado a valor presente e correspondem a direitos de receber 3% da receita bruta da Empresa Mineração Morro do Ipê S.A. (royalties), cujo direito se dará a partir de determinados volumes de produção.

11 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				
Adiantamentos a fornecedores nacionais	15.847	8.631	17.809	10.889
Partes relacionadas (Nota 12)	62.660	58.959	-	-
Adiantamentos a fornecedores estrangeiros	7.240	7.102	7.243	7.102
Recuperações judiciais	2.313	2.313	4.048	4.046
Dividendos a receber (Nota 12)	-	-	-	741
Outros	2.611	1.876	3.391	2.393
	90.671	78.881	32.491	25.171
Não Circulante				
Depósitos judiciais	7.536	5.855	9.104	6.768
Outros	608	571	1.000	911
	8.144	6.426	10.104	7.679
	98.815	85.307	42.595	32.850

12 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos existentes ao final do exercício, assim como as transações que influenciaram o resultado, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladas e controlada em conjunto.

As principais operações realizadas referem-se a:

Contratos de mútuo - Referem-se a empréstimos para capital de giro e são contratados entre 100% e 110% da taxa média diária do CDI, pelo prazo de necessidade das tomadoras;

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, o valor dos juros contidos nos pagamentos e recebimentos decorrentes de contratos de mútuo, estão alocados nas atividades de financiamentos e de investimentos, respectivamente.

Vendas de produtos e serviços - As transações são feitas considerando condições específicas pactuadas entre as partes e, quando envolvem terceiros como destinatários finais, são efetuadas de acordo com os parâmetros fixados nos contratos com os clientes finais, o que inclui adiantamentos e valores em contas a receber;

Adiantamento a fornecedor e adiantamento a cliente - As transações são feitas considerando condições específicas pactuadas entre as partes e, quando envolvem terceiros como destinatários finais, são efetuadas de acordo com os parâmetros fixados nos contratos com os clientes finais, o que inclui adiantamentos e valores em contas a receber;

Prestação de serviços administrativos e aluguéis - A prestação de serviços administrativos entre as partes é cobrada mensalmente, de acordo com o rateio de custos efetivos. Os aluguéis de bens móveis e imóveis são cobrados mensalmente respeitando valores específicos acordados entre as partes;

Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor das controladas e controlada em conjunto - Não existem avais, fianças e hipotecas concedidas pela Controladora às Controladas, em 31 de dezembro de 2018.

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas
Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018

a. Composição dos saldos patrimoniais e transações realizadas entre a Controladora e suas controladas:

Consolidado	31/12/2018				31/12/2018	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Despesas e custos
IMMA Ind.Met.Mec.Amazônia Ltda.	2.987	-	12.578	33.283	-	13.635
Administradores	-	-	-	20.641	-	941
	2.987	-	12.578	53.924	-	14.576
Controladora						
Barefame Inst.Industriais Ltda.	50.130	36.340	856		2.251	-
Bardella Adm. de Bens e Empr. e Cor. de Seguros Ltda.	108		754	23.825	20	1.498
Energo Agro Industrial Ltda.	10		-	8.118	5	571
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	16.184	2.574	13.166	-	238	5.435
	66.432	38.914	14.776	31.943	2.514	7.504
	69.419	38.914	27.354	85.867		
Contas a receber (Nota explicativa 6)	6.759	-	-	-		
Adiantamento a fornecedores (Nota explicativa 11)	62.660	-	-	-		
Fornecedores (Nota explicativa 17)	-	-	25.781	-		
Adiantamento de clientes (Nota explicativa 20)	-	-	1.573	-		
Mútuos	-	38.914	-	85.867		
	69.419	38.914	27.354	85.867		
Consolidado	31/12/2017				31/12/2017	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Despesas e custos
IMMA Ind.Met.Mec.Amazônia Ltda.	1.312	-	2.746	31.083	-	2.734
Administradores	-	-	-	9.700	-	747
	1.312	-	2.746	40.783	-	3.481
Controladora						
Barefame Inst.Industriais Ltda.	50.019	30.841	856		2.372	307
Bardella Adm. de Bens e Empr. e Cor. de Seguros Ltda.	87		451	17.807	69	868
Energo Agro Industrial Ltda.	5		-	5.752	3	743
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	11.287	-	14.552	-	213	7.800
	61.398	30.841	15.859	23.559	2.657	9.718
	62.710	30.841	18.605	64.342		
Contas a receber (Nota explicativa 6)	3.751	-	-	-		
Dividendos a receber	-	-	-	-		
Fornecedores (Nota explicativa 17)	-	-	18.436	-		
Adiantamento de clientes (Nota explicativa 20)	-	-	169	-		
Mútuos	-	30.841	-	64.342		
	62.710	30.841	18.605	64.342		

Os preços e demais condições comerciais praticadas nas transações entre partes relacionadas são acordadas em contratos firmados.

b. Remuneração dos administradores - benefícios de curto prazo (remuneração fixa e variável)

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia era composta por 4 conselheiros

de administração e 3 diretores. O conselho fiscal era composto por 3 membros.

No período findo em 31 de dezembro de 2018, o montante da remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$ 1.251 (R\$ 1.894 em 31 de dezembro de 2017), do Conselho Fiscal R\$ 379 (R\$ 540 em 31 de dezembro de 2017) e da Diretoria R\$ 2.686 (R\$ 2.773 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia e suas controladas não patrocinam planos de pensão, benefícios pós-emprego e programas de remuneração baseada em ações.

13 Investimentos

a. Propriedades para investimento

Valor justo das Propriedades para Investimento

A Companhia e suas controladas apresentam suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia e suas controladas contratam avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo.

Receita de aluguel derivada de propriedades para investimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Valor justo das propriedades para investimento	202.199	202.199	213.310	219.488
Receita de aluguel derivada de propriedades para investimento	-	-	553	730
Movimentação:				
Saldo inicial:	202.199	207.043	219.488	229.933
Transferencia do imobilizado		(7.388)		(7.388)
Ajuste valor justo no patrimônio líquido				
Ajuste valor justo e baixas no resultado		2.544	(6.178)	(3.057)
Saldo final	202.199	202.199	213.310	219.488

A mensuração do valor justo de todas as propriedades para investimentos foram classificadas como Nível 3 com base nos dados utilizados (veja Nota Explicativa nº 2c)

b. Participação em empresas controladas, controlada em conjunto e coligada

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Participação em empresas controladas, controlada em conjunto e coligada	127.007	133.942	94.596	96.828
Outros Investimentos	4.989	4.990	4.993	4.994
	131.996	138.932	99.589	101.822

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas
Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018

Outros investimentos compostos substancialmente por participação de 7,15% no capital da empresa Santa Duna Empreendimentos e Participações S.A. no valor de R\$ 4.849. A Santa Duna Empreendimentos e Participações S.A. tem como atividade participação em outras empresas.

Movimentação dos saldos

	Barefame Inst.Inds. Ltda.	Bardella Adm. Bens e Empr. E Cor. Seguros Ltda.	Energo Agro Industrial Ltda.	Duraferro Ind. e Comércio Ltda.	IMMA - Ind. Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.	Planihold S.A.	Sub total	Provisão p/perdas investimentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(26.808)	28.375	5.707	7.759	93.973	3.706	112.712	26.808	139.520
Resultado de equivalência patrimonial	(12.762)	6.734	242	(5.237)	(970)	67	(11.926)		(11.926)
Provisão para perdas investimentos								12.762	12.762
Resultado de equiv. patrimonial sobre resultado abrangente		(6.465)			51		(6.414)		(6.414)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(39.570)	28.644	5.949	2.522	93.054	3.773	94.372	39.570	133.942
Resultado de equivalência patrimonial	(2.669)	(2.210)	28	(5.665)	(2.073)	(107)	(12.696)		(12.696)
Provisão para perdas investimentos								5.812	5.812
Resultado de equiv. patrimonial sobre resultado abrangente					(51)		(51)		(51)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(42.239)	26.434	5.977	(3.143)	90.930	3.666	81.625	45.382	127.007

Informações das Investidas

	Barefame Inst. Inds. Ltda.		Bardella Adm. Bens e Empr. e Cor.Seg Ltda.		Energo Agro Industrial Ltda.	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante	48.274	39.630	2.065	3.651	2.525	4.446
Ativo não circulante	29.350	31.596	37.191	38.026	8.118	5.752
Passivo circulante	79.613	74.284	5.546	5.945	845	448
Passivo não circulante	40.250	36.512	7.276	7.088	304	300
Patrimônio líquido	(42.239)	(39.570)	26.434	28.644	9.494	9.450
Receita operacional líquida	4.721	4.325	211	325	-	-
Resultado do exercício	(2.669)	(12.762)	(2.210)	6.734	45	385

	Barefame Inst. Inds. Ltda.		Bardella Adm. Bens e Empr. e Cor.Seg Ltda.		Energo Agro Industrial Ltda.	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Capital social	22.672	22.672	2.850	2.850	5.400	5.400
Quant. de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	22.672	22.672	2.850	2.850	5.400	5.400
Quotas	22.672	22.672	2.850	2.850	5.400	5.400
Patrimônio líquido	(42.239)	(39.570)	26.434	28.644	9.494	9.450
Participação no capital social, no final do exercício	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	62,96%	62,96%
Participação no patrimônio líquido	(42.239)	(39.570)	26.434	28.644	5.977	5.950
Resultado de equivalência patrimonial	(2.669)	(12.762)	(2.210)	6.734	28	242

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas
Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018

	IMMA - Ind. Met. e Mec. da Amazonia Ltda.		Duraferro Ind. e Comércio Ltda.		Planihold S/A.	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante	92.411	96.264	34.586	27.998	549	547
Ativo não circulante	100.649	102.910	16.846	17.215	17.128	17.648
Passivo circulante	10.951	11.883	47.697	35.807	17	18
Passivo não circulante	250	1.184	7.664	6.255	-	-
Patrimônio líquido	181.859	186.107	(3.929)	3.151	17.660	18.177
Receita operacional líquida	11.171	21.925	14.497	12.403	-	-
Resultado do exercício	(4.147)	(1.939)	(7.081)	(6.548)	(517)	209

	IMMA - Ind. Met. e Mec. da Amazonia Ltda.		Duraferro Ind. e Comércio Ltda.		Planihold S/A.	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Capital social	10.000	10.000	1.500	1.500	23.440	23.440
Quant. de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	5.000	5.000	1.200	1.200	4.866	4.866
Ordinárias	-	-	-	-	4.866	4.866
Quotas	5.000	5.000	1.200	1.200	-	-
Patrimônio líquido	181.859	186.107	(3.929)	3.151	17.660	18.177
Participação no capital social, no final do exercício	50,00%	50,00%	80,00%	80,00%	20,76%	20,76%
Participação no patrimônio líquido	90.930	93.054	(3.143)	2.522	3.666	3.773
Resultado de equivalência patrimonial	(2.073)	(970)	(5.665)	(5.237)	(107)	67

14 Imobilizado

a. Composição dos saldos

					Controladora	
					31/12/2018	31/12/2017
	Taxa anual depreciação	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	
Edificações	2,70%	76.409	(22.718)	53.691	55.782	
Máquinas e equipamentos	8,40%	116.999	(97.974)	19.025	23.986	
Móveis e utensílios	10,00%	5.958	(5.671)	287	425	
Veículos	20,00%	3.813	(2.679)	1.134	1.370	
Equipamentos de informática	20,00%	4.590	(4.504)	86	110	
Terrenos	0,00%	38.912	-	38.912	38.912	
Instalações	10,00%	21.661	(21.584)	77	8	
Obras em andamento	0,00%	16.716	-	16.716	16.719	
		285.058	(155.130)	129.928	137.312	

					Consolidado	
					31/12/2018	31/12/2017
	Taxa anual depreciação	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	
Edificações	3,10%	108.205	(31.170)	77.035	79.858	
Máquinas e equipamentos	9,00%	154.409	(125.820)	28.589	34.999	
Móveis e utensílios	10,00%	7.569	(7.028)	541	759	
Veículos	13,80%	11.890	(10.851)	1.039	3.951	
Equipamentos de informática	20,00%	6.633	(6.540)	93	118	
Terrenos	0,00%	39.251	-	39.251	39.251	
Instalações	10,00%	26.174	(23.108)	3.066	3.177	
Obras em andamento	0,00%	17.319	-	17.319	17.322	
		371.450	(204.517)	166.933	179.435	

b. Movimentação do custo

				Controladora
				31/12/2018
	31/12/2017			Custo
	Custo	Adições	Baixas	
Edificações	76.409	-	-	76.409
Máquinas e equipamentos	116.595	404		116.999
Móveis e utensílios	5.958	-	-	5.958
Veículos	4.280	-	(467)	3.813
Equipamentos de informática	4.580	13	(3)	4.590
Terrenos	38.912	-	-	38.912
Instalações	21.661	-	-	21.661
Obras em andamento	16.719	-	(3)	16.716
	285.114	417	(473)	285.058

				Controladora
				31/12/2017
	31/12/2016			Custo
	Custo	Adições	Baixas	
Edificações	77.292	-	(883)	76.409
Máquinas e equipamentos	116.337	856	(598)	116.595
Móveis e utensílios	5.959	-	(1)	5.958
Veículos	4.280	-	-	4.280
Equipamentos de informática	4.562	20	(2)	4.580
Terrenos	38.925	-	(13)	38.912
Instalações	21.690	-	(29)	21.661
Obras em andamento	10.321	6.398	-	16.719
	279.366	7.274	(1.526)	285.114

				Consolidado
				31/12/2018
	31/12/2017			Custo
	Custo	Adições	Baixas	
Edificações	108.205	-	-	108.205
Máquinas e equipamentos	154.446	738	(775)	154.409
Móveis e utensílios	7.637	7	(75)	7.569
Veículos	21.062	-	(9.172)	11.890
Equipamentos de informática	6.582	53	(2)	6.633
Terrenos	39.251	-	-	39.251
Instalações	26.174	-	-	26.174
Obras em andamento	17.322	-	(3)	17.319
	380.679	798	(10.027)	371.450

				Consolidado
				31/12/2017
	31/12/2016			Custo
	Custo	Adições	Baixas	
Edificações	109.522	-	(1.317)	108.205
Máquinas e equipamentos	157.976	856	(4.386)	154.446
Móveis e utensílios	7.678	-	(41)	7.637
Veículos	24.728	180	(3.846)	21.062
Equipamentos de informática	6.591	-	(9)	6.582
Terrenos	39.264	-	(13)	39.251
Instalações	26.204	-	(30)	26.174
Obras em andamento	10.910	6.412	-	17.322
	382.873	7.448	(9.642)	380.679

c. Movimentação da depreciação

	Controladora		
	31/12/2017		31/12/2018
	Depreciação acumulada	Depreciação do período	Depreciação acumulada
Edificações	(20.627)	(2.091)	(22.718)
Máquinas e equipamentos	(92.609)	(5.365)	(97.974)
Móveis e utensílios	(5.533)	(138)	(5.671)
Veículos	(2.910)	(83)	(2.679)
Equipamentos de informática	(4.470)	(34)	(4.504)
Instalações	(21.653)		(21.584)
	(147.802)	(7.711)	(155.130)
		Baixas	
		314	
		69	
		383	

	Controladora		
	31/12/2016		31/12/2017
	Depreciação acumulada	Depreciação do exercício	Depreciação acumulada
Edificações	(19.490)	(1.653)	(20.627)
Máquinas e equipamentos	(87.037)	(6.160)	(92.609)
Móveis e utensílios	(5.371)	(163)	(5.533)
Veículos	(2.678)	(232)	(2.910)
Equipamentos de informática	(4.427)	(45)	(4.470)
Instalações	(21.600)	(79)	(21.653)
	(140.603)	(8.332)	(147.802)
		Baixas	
		516	
		588	
		1	
		-	
		2	
		26	
		1.133	

	Consolidado		
	31/12/2017		31/12/2018
	Depreciação acumulada	Depreciação do período	Depreciação acumulada
Edificações	(28.347)	(2.823)	(31.170)
Máquinas e equipamentos	(119.447)	(6.779)	(125.820)
Móveis e utensílios	(6.878)	(225)	(7.028)
Veículos	(17.111)	(1.371)	(10.851)
Equipamentos de informática	(6.464)	(76)	(6.540)
Instalações	(22.997)	(181)	(23.108)
	(201.244)	(11.455)	(204.517)
		Baixas	
		-	
		406	
		75	
		7.631	
		-	
		70	
		8.182	

	Consolidado		
	31/12/2016		31/12/2017
	Depreciação acumulada	Depreciação do exercício	Depreciação acumulada
Edificações	(26.417)	(2.497)	(28.347)
Máquinas e equipamentos	(115.925)	(7.254)	(119.447)
Móveis e utensílios	(6.651)	(261)	(6.878)
Veículos	(19.637)	(1.509)	(17.111)
Equipamentos de informática	(6.426)	(44)	(6.464)
Instalações	(22.761)	(263)	(22.997)
	(197.817)	(11.828)	(201.244)
		Baixas	
		567	
		3.732	
		34	
		4.035	
		6	
		27	
		8.401	

Em 31 de dezembro de 2018, além das garantias vinculadas a financiamentos e mencionadas na nota explicativa 16 – Empréstimos e financiamentos, R\$ 7.848, substancialmente máquinas e equipamentos, estão arrolados em garantia de ações judiciais e procedimentos administrativos

Conforme informado na Nota Explicativa nº 16, os valores contábeis dos ativos dados em garantia às instituições financeiras, em 31 de dezembro de 2018 somam o montante de R\$

291.874 (R\$ 299.181 em 31/12/2017), dos quais R\$ 105.341 referem-se a ativos imobilizados e R\$ 186.533 ativos classificados como propriedades para investimentos.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas efetuaram o teste de *impairment* dos seus ativos e não identificaram indicadores que poderiam requerer a constituição de provisão para perda de valor recuperável. A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado. Não foram verificados ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2018.

15 Intangível

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia e suas controladas possuíam registrados os seguintes ativos intangíveis:

		Custo				Amortização			
		Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Baixas	31/12/2018	Saldo em 31/12/2017	Amortização	Baixas	31/12/2018
Vida útil definida									
Software	5 anos	41.260	919	(40)	42.139	(18.109)	(105)	40	(18.174)
Ágio aquis. investim Duraferro	indefinida	3.337	-	-	3.337	-	-	-	-
		44.597	919	(40)	45.476	(18.109)	(105)	40	(18.174)
Líquido						26.488			27.302

		Custo				Amortização			
		Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Baixas	31/12/2018	Saldo em 31/12/2017	Amortização	Baixas	31/12/2018
Vida útil definida									
Software	5 anos	43.016	919	(40)	43.895	(19.846)	(117)	40	(19.923)
Ágio aquis. investim Duraferro	indefinida	5.005	-	-	5.005	-	-	-	-
		48.021	919	(40)	48.900	(19.846)	(117)	40	(19.923)
Líquido						28.175			28.977

O ágio na aquisição de investimentos corresponde à aquisição em 23 de abril de 2009, de 60% de participação (controle) na empresa Duraferro Indústria e Comércio Ltda. pelo valor total de R\$15.000, sendo 40% adquirida pela Bardella S.A. Indústria Mecânicas pelo valor de R\$10.000 e 20% adquirido pela controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. pelo valor de R\$5.000.

A partir de 01 de janeiro de 2009 os saldos residuais de ágios não sofrem amortizações e são objetos de teste anual de recuperação do valor contábil, conforme o CPC 1 (R1).

Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado ao segmento de negócio mecânica, por corresponder ao nível mais baixo da UGC (Unidade Geradora de Caixa). O ágio é monitorado para os propósitos da Administração interna, nunca acima dos segmentos operacionais da Companhia.

16 Empréstimos e financiamentos

	Indexador	Taxa média anual de juros	Vencimentos dos Contratos	Controladora		Consolidado	
				31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
BNDES - Inovação	TJLP	TJLP+4,18%aa	15/04/2025	11.872	10.708	11.872	10.708
BNDES - Cap. Produtiva	TJLP	TJLP+5,38%aa	15/04/2024	3.830	3.419	3.830	3.419
Brasil - Finame (**)	FIXO	5% aa	15/07/2024	431	440	431	440
Imobilizado		Sub-total		16.133	14.567	16.133	14.567
BNDES - Capital de Giro	SELIC	SELIC+5,66%aa	15/04/2021	27.829	24.638	27.829	24.638
Capital de Giro	SELIC	CDI+3,00%aa	28/05/2019	2.614	2.124	2.614	2.124
B.Bradesco - Capital de Giro	CDI	CDI+0,48%am	30/11/2017	-	25.067	-	25.067
B.Bradesco - Capital de Giro (*)	CDI	CDI+3,00%aa	30/07/2024	24.093		24.093	
Capital de Giro	CDI	CDI+3,40%aa	27/05/2019	2.422	2.199	2.422	2.199
B.Brasil - Capital de Giro (**)	CDI	CDI+2,00%aa até 12/20 e CDI+3,00%aa após	15/06/2025	140.523	128.786	140.523	128.786
Capital de Giro		Sub-total		197.481	182.814	197.481	182.814
Total Geral:				213.614	197.381	213.614	197.381
Parcela Circulante				24.868	34.642	24.868	34.642
Parcela não circulante				188.746	162.739	188.746	162.739
Juros incorridos no período				15.457	30.792	15.457	30.792

Os financiamentos BNDES Inovação, BNDES Capacidade Produtiva e BNDES Capital de Giro têm como garantia os terrenos e edificações da planta industrial de Guarulhos – SP. O valor contábil é de R\$ 92.804.

(*) Financiamentos contratados com o Banco Bradesco S/A e têm como garantia imóveis registrados como propriedade para investimentos, sendo dois imóveis localizados em São Mateus – ES, cujo valor contábil do investimento é de R\$ 3.821 e dois imóveis localizados em São Paulo – SP, com valor contábil do investimento de R\$ 6.808. Os contratos foram negociados permitindo o alongamento da dívida para sua liquidação total até 2024.

(**) Financiamentos contratados com o Banco do Brasil S.A. e têm como garantia os terrenos e edificações da planta industrial de Sorocaba e de Araras – SP, propriedade para investimento e imobilizado, respectivamente. O valor contábil dos ativos é de R\$ 175.905 e R\$ 12.537, respectivamente. Os contratos foram renegociados permitindo o alongamento da dívida para sua liquidação total até 2025.

A Companhia e suas controladas mantêm em seus empréstimos, financiamentos e garantias, restrições e *covenants* qualitativos e quantitativos, usuais de mercado.

Cronograma de desembolsos - Não circulante

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	11.343	-	11.343
2020	38.629	33.219	38.629	33.219
2021	35.726	28.459	35.726	28.459
2022	32.634	49.256	32.634	49.256
2023 a 2025	81.757	40.462	81.757	40.462
	188.746	162.739	188.746	162.739

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				
Fornecedores nacionais - Terceiros	62.011	49.759	74.884	62.929
Fornecedores nacionais - Partes relacionadas	25.804	18.436	12.602	2.746
Fornecedores estrangeiros	1.482	1.140	1.482	1.140
	89.297	69.335	88.968	66.815
Não circulante				
Fornecedores nacionais - Terceiros	5.015	7.095	5.015	7.095
	94.312	76.430	93.983	73.910

As operações que a Companhia e suas controladas mantêm com fornecedores nacionais e do exterior são principalmente referentes às compras de matérias primas e componentes para os equipamentos em fabricação.

18 Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				
Débitos parcelados	9.884	8.243	12.507	11.088
Imposto de renda	8.753	7.273	10.812	8.691
IPI/ICMS/ISS	769	692	1.621	872
PIS/COFINS	238	157	3.290	1.477
Outras obrigações fiscais	2.033	1.268	3.491	1.938
	21.677	17.633	31.721	24.066
Não circulante				
Débitos previdenciários parcelados	17.725	15.852	20.203	20.168
Débitos FGTS parcelados	7.053	10.088	8.095	12.013
Demais débitos parcelados	1.350	3.299	5.008	5.352
	26.128	29.239	33.306	37.533
	47.805	46.872	65.027	61.599

19 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				
Salários e ordenados	36.615	19.619	42.518	26.927
Previdência social	6.609	5.239	13.003	9.015
Fgts	22.587	17.941	28.584	23.261
Débitos parcelados	3.312	4.274	4.957	5.419
Provisão para férias e 13o.salário	4.515	6.633	6.964	7.402
Encargos provisão de férias e 13o.salário	1.672	2.438	1.995	2.721
Outros encargos	3.150	1.822	3.149	2.030
	78.460	57.966	101.170	76.775
Não Circulante				
Salários e ordenados	6.162	6.911	6.162	6.911
	84.622	64.877	107.332	83.686

20 Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
Circulante	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento de clientes	32.930	35.970	44.603	44.607
Adiantamento de partes relacionadas	1.573	169	-	169
	34.503	36.139	44.603	44.776
Não Circulante				
Adiantamento de clientes	14.053	14.857	14.053	14.857
	48.556	50.996	58.656	59.633

A conta “Adiantamento de clientes” está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda (Contratos de construção vide nota explicativa 7) e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente à receita reconhecida à receita reconhecida por meio do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de desempenho, conforme previsto no CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes.

21 Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são partes passivas em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em avaliação de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Movimentação dos processos no exercício

	31/12/2017			Controladora
	Saldo Inicial	Adição de provisões	Reversão/Utilização de provisões	31/12/2018
				Saldo final
Trabalhistas/cíveis	4.324	5.104	(790)	8.638
Tributárias:				
.Federal	116	-	(116)	-
.Municipal	153	-	-	153
Subtotal tributárias	269	-	(116)	153
	4.593	5.104	(906)	8.791

	31/12/2017			Consolidado 31/12/2018
	Saldo Inicial	Adição de provisões	Reversão/Utilização de provisões	Saldo final
Trabalhistas/cíveis	5.739	6.548	(1.459)	10.828
Tributárias:				
.Federal	116	-	(116)	-
.Municipal	153	-	-	153
Subtotal tributárias	269	-	(116)	153
	6.008	6.548	(1.575)	10.981

Prováveis

Demandas trabalhistas e cíveis

Não foram identificados processos individualmente relevantes. Dos processos existentes são pleiteadas verbas como: horas extras, férias, adicional de periculosidade, insalubridade, dentre outras. Atualmente existem processos trabalhistas e cíveis em curso contra a Companhia e suas controladas, para os quais foram provisionados R\$ 8.638 na controladora (em 31 de dezembro de 2017 era R\$ 4.324) e R\$10.828 no consolidado (em 31 de dezembro de 2017 o valor era de R\$ 5.739), relativos aos processos classificados por nossa assessoria jurídica como perda provável.

Demandas tributárias

A Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais relativos a demandas tributárias em andamento nos quais são partes, sendo que, para as contingências classificadas pelos nossos assessores jurídicos como provável exigência de recursos, foi provisionado na controladora R\$ 153 (em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 269) e no consolidado R\$ 153 (em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 269).

Possíveis

Para os processos trabalhistas no montante Consolidado de R\$ 38.720 (em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 21.765), cíveis no montante Consolidado de R\$ 19.656 (em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 14.004) e tributários no montante Consolidado de R\$ 12.813 (em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 17.210), avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco “possível”, no montante total dos valores das causas de R\$ 71.189 (em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 52.980), nenhuma provisão foi constituída.

Das contingências classificadas como possíveis, os processos considerados relevantes referem-se as demandas tributárias e cíveis onde se discute:

Incidência de contribuição social sobre o lucro líquido correspondente a exportações efetuadas no ano de 1989: R\$ 3.441;

Exigência de ICMS sobre equipamentos exportados com o benefício de Drawback em 1995,1996 e 1997: R\$ 5.673;

Diferenças contratuais em serviços prestados na década de 90: R\$ 10.283.

Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais relacionados a processos tributários suspensos, aguardando liberação judicial para levantamento dos referidos depósitos.

22 Patrimônio líquido

a. **Capital social**

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 o capital social, subscrito e integralizado de R\$ 116.800, está representado por 607.192 ações ordinárias e 992.808 ações preferenciais, perfazendo um total de 1.600.000 ações sem valor nominal.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam das seguintes vantagens:

- prioridade na distribuição de dividendos mínimos de 8% (oito por cento) ao ano, calculados sobre o respectivo capital e não cumulativos;
- participação proporcional nos aumentos de capital na forma da legislação vigente.

b. **Reservas de capital**

Reservas de incentivos fiscais

É destinada à parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos.

c. **Ajuste de avaliação patrimonial**

São classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

d. **Prejuízo por ação**

Básico - O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia. Não houve novas emissões de ações nem mesmo compra de ações próprias durante o período findo em 31 de dezembro de 2018.

31/12/2018	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuível (em milhares de reais)	(36.379)	(59.483)	(95.862)
Média de ações	607.192	992.808	1.600.000
Prejuízo por ação (em reais)	(59,91)	(59,91)	(59,91)

Diluído - O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferenciais e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui ações potenciais ou quaisquer outros instrumentos financeiros conversíveis que provocariam diluição, dessa forma, o prejuízo por ação diluído não possui diferença em relação ao prejuízo básico por ação.

e. **Adoção do CPC 48**

Conforme nota explicativa 3.4 a Companhia avaliou redução no valor recuperável das contas a receber de acordo com o CPC 49 (IFRS 9), e reconheceu o impacto da adoção inicial no saldo de abertura das reservas de lucro, conforme contemplado no item 7.2.15 do referido

pronunciamento.

23 Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta vendas de produtos(aços)	15.275	16.580	15.275	16.580
Receita bruta de construção de equipamentos(mecânica)	73.075	126.620	84.229	119.913
Receita bruta serviços prestados	4.329	-	10.669	16.580
Tributos	(12.734)	(12.447)	(16.474)	(16.435)
Receita Líquida	79.945	130.753	93.699	136.638

Reconhecimento de Receitas – CPC 47

Os contratos da Companhia com clientes atendem aos critérios do CPC-47 - Reconhecimento de receitas pois, são formais, identificam as obrigações de desempenho, as garantias recíprocas os preços individuais das transações e suas alocações às obrigações de desempenho, as garantias recíprocas e as condições de pagamento ou, para contratos de construção, os eventos financeiros. As receitas são reconhecidas de acordo com a transferência de controle dos bens e serviços ao cliente e, para os contratos de construção, à medida de sua execução.

24 Despesa por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Materiais e componentes	(41.270)	(53.173)	(34.471)	(41.576)
Outros Insumos	(10.330)	(5.603)	(11.988)	(2.539)
Energia Elétrica	(2.394)	(2.571)	(3.007)	(2.571)
Serviços de terceiros	(4.637)	(6.762)	(5.269)	(10.452)
Gastos com pessoal (indenizações)	(8.720)	(17.991)	(8.951)	(20.170)
Demais gastos com pessoal	(51.365)	(79.464)	(73.434)	(105.074)
Depreciação e amortização	(7.403)	(8.444)	(10.811)	(11.983)
	(126.119)	(174.008)	(147.931)	(194.365)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Custo dos produtos e/ou serv.prestados	(101.076)	(135.884)	(118.994)	(147.823)
Despesas com vendas	(7.264)	(15.407)	(7.660)	(16.865)
Despesas gerais e administrativas	(13.464)	(17.809)	(16.941)	(24.749)
Honorários e participação da administração	(4.315)	(4.908)	(4.336)	(4.928)
	(126.119)	(174.008)	(147.931)	(194.365)

25 Outras despesas e receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Outras despesas operacionais				
Provisões operacionais	(6.745)	(5.313)	(8.415)	(6.397)
Baixa p/ venda de bens do imobilizado e investimentos	(142)	(409)	(5.893)	(1.245)
Custo ociosidade de fabricação	(13.386)	(4.210)	(13.386)	(4.896)
Liquidação de processos judiciais	-	(1.416)	-	(1.416)
Despesas tributárias	(1.394)	(6.627)	(1.778)	(8.763)
Perdas variação ajuste valor justo	-	-	(1.850)	(6.290)
Outras despesas operacionais	-	(199)	(280)	(1.658)
	(21.667)	(18.174)	(31.602)	(30.665)
Outras receitas operacionais				
Reversões/utilização de provisões operacionais	871	1.202	1.553	1.905
Venda de bens do imobilizado e investimentos	823	465	5.832	3.377
Receita venda ações Vale S/A	-	-	-	12.090
Indenizações perdas e danos	-	2.245	-	2.245
Ganho variação ajuste valor justo	-	2.543	-	3.233
Receita de bens ajuste valor justo	-	5.845	-	5.845
Aluguéis/locações	133	133	271	863
Outras receitas operacionais	-	326	2.208	95
	1.827	12.759	9.864	29.653
	(19.840)	(5.415)	(21.738)	(1.012)

Os custos com ociosidade referem-se à situação anormal e temporária de ocupação dos meios produtivos.

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesas financeiras				
Juros	(20.363)	(52.566)	(18.624)	(54.502)
Variações cambiais passivas	(182)	-	(272)	(42)
Fianças bancárias	(87)	(45)	(87)	(45)
IOF	(944)	(1.192)	(1.689)	(1.787)
Descontos concedidos	(209)	(721)	(577)	(722)
Despesas bancárias	(719)	(902)	(1.207)	(966)
	(22.504)	(55.426)	(22.456)	(58.064)
Receitas financeiras				
Juros	2.459	3.323	448	1.181
Variações cambiais ativas	1.451	981	1.509	981
Juros sobre capital próprio	-	2	25	204
Ganho aplicações financeiras	-	2	-	2
Outros	491	79	509	87
	4.401	4.387	2.491	2.455
Líquido	(18.103)	(51.039)	(19.965)	(55.609)

27 Informação por segmento

Para fins de administração, a Companhia e suas controladas são divididas em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com dois segmentos operacionais:

O segmento de mecânica corresponde à fabricação de equipamentos sob encomenda e;

O segmento de aços e serviços é representado pela laminação de metais e serviços diversos.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base na receita bruta e no prejuízo ou lucro líquido.

31/12/2018	Mecânica	Aços e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	78.406	20.967	(5.674)	93.699
Prejuízo do período	(88.189)	(19.590)	11.917	(95.862)
Ativos operacionais	852.927	169.707	(191.292)	831.342
Passivos operacionais	746.558	170.213	(201.533)	715.238

31/12/2017	Mecânica	Aços e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	123.715	24.091	(11.168)	136.638
Prejuízo do período	(92.026)	(17.920)	12.191	(97.755)
Ativos operacionais	860.058	167.481	(172.902)	854.637
Passivos operacionais	681.239	132.659	(171.227)	642.671

28 Instrumentos financeiros

a. Visão geral

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas contábeis dos valores de realização mais adequados, consequentemente tais estimativas estão sujeitas às premissas das “*estimativas contábeis*”, conforme consta na nota explicativa 2c.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

b. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e bancos, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais, os quais se aproximam dos valores de realização e mercado, respectivamente.

Hierarquia de valor justo

A Companhia e suas controladas usam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. São avaliados por essa hierarquia os saldos de empréstimos e financiamento e aplicações financeiras.

Instrumentos financeiros - Controladora				31/12/2018
	Nota	Custo Amortizável (Empréstimos e recebíveis)	Outros passivos Financeiros	Total
Ativos financeiros				
Mensurados a valor justo				
Títulos e valores mobiliários	10	3.940	-	3.940
Não mensurados a valor justo				
Contas a receber de clientes	6	126.070	-	126.070
Mútuo c/partes relacionadas	12	38.914	-	38.914
Recuperações judiciais	11	2.313	-	2.313
Caixa e bancos	5	19	-	19
		171.256	-	171.256
Passivos financeiros				
Não mensurados a valor justo				
Dividendos a pagar		-	65	65
Empréstimos e financiamentos	16	-	213.614	213.614
Mútuo c/partes relacionadas	12	-	85.867	85.867
Fornecedores	17	-	94.312	94.312
		-	393.858	393.858

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas
Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018

Instrumentos financeiros - Controladora

	Nota	Custo Amortizável (Empréstimos e recebíveis)	Outros passivos Financeiros	31/12/2017 Total
Ativos financeiros				
Mensurados a valor justo				
Títulos e valores mobiliários	10	3.601	-	3.601
Não mensurados a valor justo				
Contas a receber de clientes	6	124.146	-	124.146
Mútuo c/partes relacionadas	12	30.841	-	30.841
Recuperações judiciais	11	2.313	-	2.313
Dividendos a receber		-	-	-
Caixa e bancos	5	183	-	183
Aplicações financeiras	5	44	-	44
		161.128	-	161.128
Passivos financeiros				
Não mensurados a valor justo				
Dividendos a pagar		-	65	65
Empréstimos e financiamentos	16	-	197.381	197.381
Mútuo c/partes relacionadas	12	-	64.342	64.342
Fornecedores	17	-	76.430	76.430
		-	338.218	338.218

Instrumentos financeiros - Consolidado

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizável (Empréstimos e recebíveis)	Outros passivos Financeiros	31/12/2018 Total
Ativos financeiros					
Mensurados a valor justo					
Títulos e valores mobiliários	10	-	3.940	-	3.940
Não mensurados a valor justo					
Contas a receber de clientes	6	-	143.736	-	143.736
Recuperações judiciais	11	-	4.048	-	4.048
Dividendos a receber		-	741	-	741
Caixa e bancos	5	-	2.230	-	2.230
Aplicações financeiras	5	2	-	-	2
		2	154.695	-	154.697
Passivos financeiros					
Não mensurados a valor justo					
Dividendos a pagar		-	-	65	65
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	213.614	213.614
Mútuo c/partes relacionadas	12	-	-	53.924	53.924
Fornecedores	17	-	-	93.983	93.983
		-	-	361.586	361.586

Instrumentos financeiros - Consolidado

31/12/2017

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizável (Empréstimos e recebíveis)	Outros passivos Financeiros	Total
Ativos financeiros					
Mensurados a valor justo					
Títulos e valores mobiliários	10	-	3.601	-	3.601
Não mensurados a valor justo					
Contas a receber de clientes	6	-	132.446	-	132.446
Recuperações judiciais	11	-	4.046	-	4.046
Dividendos a receber		-	741	-	741
Caixa e bancos	5	-	4.641	-	4.641
Aplicações financeiras	5	122	-	-	122
		122	145.475	-	145.597
Passivos financeiros					
Não mensurados a valor justo					
Dividendos a pagar		-	-	806	806
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	197.381	197.381
Mútuo c/partes relacionadas	12	-	-	40.783	40.783
Fornecedores	17	-	-	73.910	73.910
		-	-	312.880	312.880

Instrumentos Financeiros – CPC 48

Considerando o modelo de negócio da Companhia, seus instrumentos de dívidas (ativos financeiros), incluindo os empréstimos e recebíveis, são classificados na categoria de “custo amortizável”, onde os títulos são mantidos até o vencimento.

A Companhia e suas controladas não divulgaram os valores justos, uma vez que seus valores contábeis são razoavelmente próximos ao valor justo, exceto para títulos patrimoniais, conforme divulgado na nota explicativa 10.

c. Riscos

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Entretanto as respectivas situações atuais dos fluxos de caixas contratuais dos projetos estão sujeitas aos riscos de atrasos de pagamentos por parte dos clientes e suspensões de contratos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Em função do agravamento da crise econômica, principalmente a partir do segundo trimestre de 2015, houve um aumento na inadimplência por parte dos clientes de produtos seriados e serviços (Nota explicativa 6). Para garantir o recebimento dos créditos, a Companhia e suas controladas estão tomando as medidas aplicáveis em função da situação econômica financeira de cada cliente inadimplente.

Em 31 de dezembro de 2018, o risco de crédito totaliza R\$ 122.700 na controladora e R\$ 96.039 no consolidado (R\$ 103.904 e R\$ 81.634 em 31/12/2017, respectivamente) correspondendo aos valores classificados como custo amortizável (empréstimos e recebíveis) líquidos dos adiantamentos de clientes. Esses valores já consideram a mudança de prática contábil, conforme nota explicativa 3.4 – subtítulo “*Mensuração de Ativos e Passivos*”.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Passivos Financeiros não derivativos

Fluxos de Caixa Contratuais Projetados		31/12/2018					Controladora
Contábil	Projetado	0 a 2 meses	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	> 5 anos	
			61.988				
Empréstimos bancários garantidos	211.000	235.392	68	22.964	80.304	112.061	19.995
Empréstimos bancários não garantidos	2.614	2.697	285	2.412	-	-	-
Fornecedores	68.531	68.531	1.528	61.988	5.015	-	-
Fornecedores - Partes relacionadas	25.781	25.781	-	-	-	25.781	-
Dividendos	65	65	-	65	-	-	-
Total da dívida	307.991	332.466	1.881	87.429	85.319	137.842	19.995

Fluxos de Caixa Contratuais Projetados		31/12/2018					Consolidado
Contábil	Projetado	0 a 2 meses	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	> 5 anos	
			22.964				
Empréstimos bancários garantidos	211.001	235.392	68	22.964	80.304	112.061	19.995
Empréstimos bancários não garantidos	2.613	2.697	285	2.412	-	-	-
Fornecedores	81.405	81.405	2.058	74.332	5.015	-	-
Fornecedores - Partes relacionadas	12.578	12.578	-	-	-	12.578	-
Dividendos	806	806	-	806	-	-	-
Total da dívida	308.403	332.878	2.411	100.514	85.319	124.639	19.995

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e suas controladas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas

circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Sensibilidade de taxa de juros sobre empréstimos e financiamentos

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro consolidado antes da tributação. Com relação ao patrimônio líquido consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

		Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2018	▼	+ 100	(2.131)	(2.131)
	▼	+ 150	(3.197)	(3.197)
	▼	- 50	1.065	1.065
	▼	- 100	2.131	2.131
31/12/2017	▼	+ 100	(1.969)	(1.969)
	▼	+ 150	(2.954)	(2.954)
	▼	-25	984	984
	▼	- 50	1.969	1.969

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionada as taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o Patrimônio.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados conforme segue:

	Controladora		
	31/12/2018	31/12/2017	Moeda
Natureza do Saldo			
Importações de materiais	545	467	EUR
Importações de materiais	937	673	USD

	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	Moeda
Natureza do Saldo			
Importações de materiais	545	467	EUR
Importações de materiais	937	673	USD

d. Análise de sensibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em Percentual s/ taxa de câmbio	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2018	+25%	(370)	(370)
	+50%	(741)	(741)
	-25%	370	370
	-50%	741	741
31/12/2017	+25%	(284)	(284)
	+50%	(569)	(569)
	-25%	284	284
	-50%	569	569

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento buscando mantê-los de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*), quando aplicáveis, previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro de 2018.

Índices de alavancagem financeira (Exigível total – ET / Patrimônio líquido – PL):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	213.613	197.381	213.613	197.381
Fornecedores	94.312	93.023	93.983	90.503
Provisão IR e CSLL	-	-	3.541	3.921
Dividendos e juros sobre capital próprio	65	65	65	65
Adiantamento de clientes	48.556	50.996	58.656	59.633
Provisão de férias e encargos	6.187	9.071	8.958	11.859
Provisão para contingências	8.791	4.593	10.981	6.008
Provisão IR e CSLL diferidos	75.995	75.486	78.273	79.965
Outros	280.056	216.644	247.168	193.336
Dívida líquida	727.575	647.259	715.238	642.671
Patrimônio líquido	106.730	211.966	106.730	211.966
Patrimônio líquido e dívida líquida	834.305	859.225	821.968	854.637
Coefficiente de alavancagem	6,82	3,05	6,70	3,03

Risco de concentração de negócios

Considerando as características do mercado de bens de capitais de longo prazo de fabricação, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de concentração de negócios.

29 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas

decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

O valor total dos riscos diversos conforme apólice vigente em 31 de setembro de 2018 foi de R\$ 127.600.

Não está incluído no escopo de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, cuja suficiência foi determinada e avaliada pela Administração da Companhia.

30 Fianças

Nossos contratos de longo prazo e processos judiciais possuem fianças contratadas no montante de R\$ 11.791.

Conselho de administração

Claudio Bardella
Presidente

José Roberto Mendes da Silva
Vice-Presidente

Diretoria

José Roberto Mendes da Silva
Diretor Presidente

Eduardo Fantin
Diretor

Roberto Veiga
Diretor

Conselho Fiscal

Rubens Geraldo Gunther
Conselheiro

Célio Siqueira Gios
Conselheiro

Contador

João Carlos Purkote
CRC – 1SP157092/O-9